

FNE com pré-aviso de Greve para 12 de novembro em articulação com greve anunciada pela FESAP

A **Federação Nacional da Educação (FNE)** avançou hoje com a emissão de um **pré-aviso de Greve das 0h às 24h do dia 12 de novembro de 2021**, em articulação com o pré-aviso apresentado para a mesma data pela Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP).

A FNE e a FESAP pretendem com esta greve reforçar a ideia de que durante toda esta legislatura e em todos os orçamentos, desde 2016 até 2021, **nunca foi promovida uma justa valorização dos trabalhadores da Administração Pública (AP)**. As decisões tomadas têm provocado uma profunda insatisfação, sendo a greve por isso inevitável.

Este é um Governo que **continua a ignorar** a orientação definida pela Lei do Orçamento de Estado para que iniciem as negociações relativas à **recuperação integral do tempo de serviço congelado de 9 anos, 4 meses e 2 dias**.

A FNE destaca ainda a questão dos **Trabalhadores Não Docentes** e da **insuficiência de recursos humanos** para garantir o funcionamento das escolas, situação agravada pelos desafios criados pela pandemia da COVID-19, que leva a que existam serviços escolares que não funcionam por falta de trabalhadores, mas também a uma **sobrecarga** para aqueles que se mantêm ao serviço, sem esquecer o regime de **precariedade** a que continuamos a assistir. O Ministério da Educação foi até **agora incapaz de procurar resolver estes problemas com as organizações sindicais**, recusando-se a abrir processos negociais para os quais a FNE tem demonstrado total abertura e disponibilidade.

Um país mais desenvolvido exige um serviço público de educação de qualidade. Por isso, a FNE, em conjunto com a FESAP, exige:

- **Um Orçamento de Estado para 2022 que atribua à Educação os recursos financeiros adequados**, no sentido de se conseguir que estes venham a representar 6% no quadro orçamental;
- **A determinação de aumentos justos de salários e pensões** para todos os Trabalhadores da Administração Pública, portanto para os da Educação, os quais devem atingir os 2,5% para todos, bem como a atualização do subsídio de refeição para 6€;
- **A revisão da Tabela Remuneratória Única, eliminando as injustiças** que se foram acumulando, particularmente em resultado do justo crescimento do Salário Mínimo Nacional, mas sem que se tenha garantido o necessário e consequente ajustamento das posições remuneratórias seguintes;
- **A concretização de um efetivo diálogo social no setor da Educação**, com o reconhecimento do direito à participação das organizações sindicais na determinação e acompanhamento das políticas educativas;
- **A promoção de uma escola pública de qualidade, com políticas de reconhecimento e valorização de todos os Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, Formadores, e Trabalhadores Não Docentes**, em termos de remuneração, desenvolvimento de carreiras, condições de trabalho, rejuvenescimento e mecanismos adequados de acesso à aposentação;

- **A criação das carreiras especiais de Trabalhadores Não Docentes**, com reconhecimento dos respetivos conteúdos funcionais;

- **O estabelecimento de justos procedimentos de avaliação de desempenho**, que substituam os sistemas atualmente em vigor, que se revelam inadequados e promotores de mal-estar em todos os setores e serviços.

A FNE e a FESAP exigem **políticas concretas de valorização dos trabalhadores da AP**, reconhecendo a sua importância e mobilização para a oferta de serviços públicos de qualidade a todos os portugueses.

Porto, 27 outubro de 2021
A Comissão Executiva da FNE

